

MOÇÃO

Considerando:

- O aumento do custo de vida que está a afetar negativamente a vida dos trabalhadores e das suas famílias, aumentando enormemente as suas dificuldades, assim como, o brutal impacto negativo da inflação que é já a maior dos últimos 30 anos;
- Os sucessivos lucros que a CGD vem apresentando, e que revelam uma forte capacidade financeira, a que não pode ser alheio o esforço e a dedicação dos trabalhadores no cumprimento de metas impostas tantas vezes irrealistas;
- A injustiça que continua a ser a não reposição dos 4 anos na carreira;
- A continuada indiferença que a Administração manifesta perante as incontáveis horas extraordinárias não registadas e não pagas a que acresce a gritante insuficiência de trabalhadores em diversos locais de trabalho, prejudicando-os a nível financeiro e familiar;
- O contínuo encerramento de agências, com todas as gravosas consequências que acarreta, tais como, o acréscimo de serviço e atendimento nas agências circundantes também já elas com quadro de pessoal deficitário, a recolocação dos trabalhadores das agências encerradas, a diminuição dum serviço público de proximidade esquecendo as obrigações da CGD enquanto único Banco Público ao serviço do país, da população e da economia nacional;
- A diminuição de pessoal, o aumento de pressão para alcançar objetivos irrealistas, os contínuos atropelos à Legislação Laboral e ao cumprimento do AE que contribuem para uma degradação das condições de trabalho.

O Conselho Nacional reunido em Lisboa, em 25 de novembro de 2022, decide:

- Apoiar o empenho da Direção, por todas as formas ainda possíveis, para que seja feita justiça na reivindicação da contagem dos anos de 2013 a 2016;
- Exigir à Administração que implemente de vez o registo eletrónico de presenças na rede comercial e apoiar a Direção na tomada de medidas mais firmes, nomeadamente a renovação da greve às horas extraordinárias, caso a Administração não cumpra com o compromisso estabelecido;
- Apoiar a Direção na defesa da tabela salarial já apresentada para o ano de 2023 e que permite responder aos aumentos brutais do custo de vida e da inflação;
- Manifestar o seu empenhamento na defesa de uma CGD pública, forte ao serviço das populações e do País e exigir dos órgãos de soberania respostas e responsabilidades sobre o que efetivamente se pretende para o futuro da CGD, único banco público;
- Manifestar o seu apoio à Direção para a continuação e endurecimento das formas de luta que se mostrem necessárias à defesa de condições de trabalho dignas, de salários justos e do reconhecimento e respeito pelos trabalhadores, assim como, a conciliação entre a vida pessoal e profissional.